



TEMA: (B. Modos de Habitar)

Concursos de Habitação Social em Brasília: reflexões sobre projeto, inclusão e sustentabilidade



Fabiano Sobreira^a



Marta Romero^b

a: Arquiteto e Urbanista, Câmara dos Deputados, fabiano@mgs.arq.br

b: Professora Titular, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, romero@unb.br

Resumo:

Este artigo apresenta análises e reflexões sobre as estratégias de inclusão e sustentabilidade em projetos de habitação social na região metropolitana de Brasília (Distrito Federal, Brasil), a partir de concursos de arquitetura promovidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB-DF). As análises têm como foco o projeto de arquitetura e urbanismo em situação de concurso nas diversas abordagens e escalas (do espaço urbano à unidade habitacional). Mais especificamente, foram analisados os concursos para unidades habitacionais coletivas em Sobradinho [1] e no Sol Nascente [2], regiões administrativas situadas no entorno do Plano Piloto de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Na primeira parte do artigo são apresentadas reflexões sobre a condição da moradia e da exclusão social em Brasília [3], cujas raízes remontam ao período da concepção e inauguração do Plano Piloto, projetado por Lucio Costa e que se agravaram ao longo dos 60 anos de consolidação da Capital.

Na segunda parte os concursos são apresentados enquanto instrumentos reflexivos [4], que se configuram como um repertório vivo de ideias e inquietações sobre a disciplina, em determinado tempo e lugar. Nesse contexto, entende-se que os concursos de habitação social permitem importantes debates sobre o tema nas mais diversas escalas e abordagens, que vão além do objeto específico. Como objetos de estudo, são apresentados os concursos de habitação para Sobradinho e Sol Nascentes e apresentados, de forma sintética, os projetos premiados.

A terceira e última parte do artigo é dedicada à análise de concursos de habitação social promovidos ao longo de 2016 no Distrito Federal, em particular os concursos de unidades habitacionais coletivas em Sobradinho e no Sol Nascente, no Distrito Federal. Foram estudados e analisados comparativamente os projetos premiados em cada concurso, sob a ótica das diretrizes e estratégias bioclimáticas [5]. Como resultado da análise é apresentada uma matriz analítica que procuram sintetizar as principais qualidades, assim como os desafios e limitações dos projetos resultantes.

Conclusões preliminares indicam que os concursos têm se revelado como importantes instrumentos de ampliação do debate sobre a habitação social no Brasil e em Brasília, nos quais as questões relacionadas a patrimônio, inclusão social, impacto ambiental e sustentabilidade são confrontadas. A qualidade das propostas apresentadas nos concursos revela o grande potencial que o instrumento oferece à gestão pública, como meio de superar as limitações usualmente oferecidas pelo mercado. Por outro lado, observa-se que algumas limitações na legislação e nos programas habitacionais têm dificultado a promoção de iniciativas inovadoras e inclusivas, que restringem as possibilidades criativas e dificultam a promoção da inclusão urbana dos projetos de habitação social em Brasília.

Palavras-chave: habitação social, Brasília, concursos

1. Brasília: Patrimônio Moderno e Exclusão Social

O conjunto urbano de Brasília, tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade e símbolo do pensamento Moderno, é apenas uma pequena parcela de uma grande metrópole que, como tantas outras no Brasil e no contexto lusófono, são marcadas pela exclusão social. Brasília resultou de concurso lançado em 1957 e vencido pelo urbanista Lucio Costa.

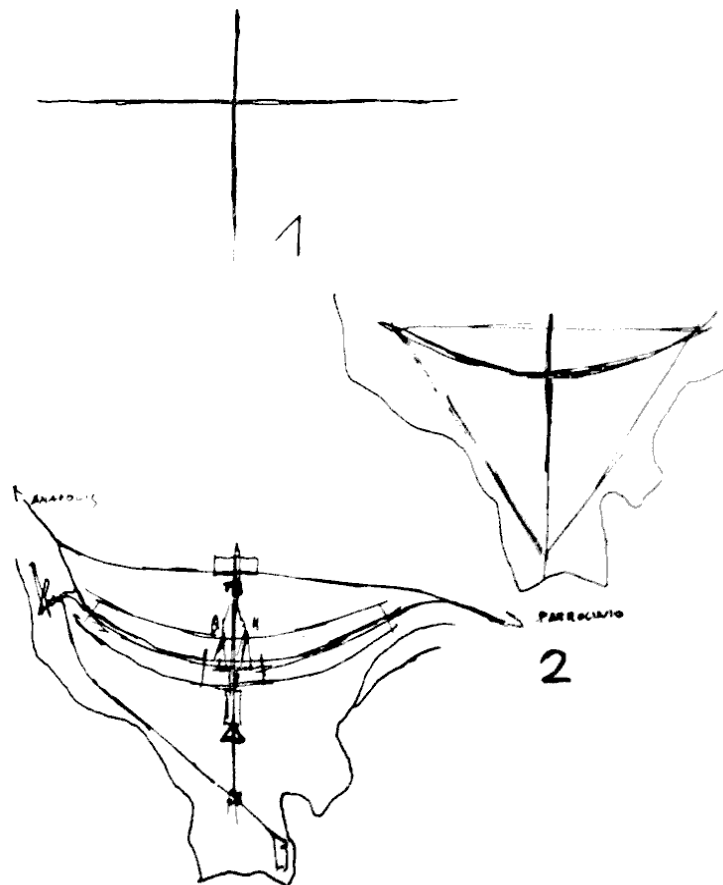


Fig. 1: Croquis. Projeto para o Plano Piloto de Brasília. Lucio Costa, 1957. Fonte: concursosdeprojeto.org

O programa do concurso previa um núcleo de até 500 mil habitantes. De acordo com o memorial do projeto vencedor, o projeto havia sido concebido de forma que a gradação social poderia ser facilmente dosada, com “certo grau de coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação”. A intenção era “impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural” [6].

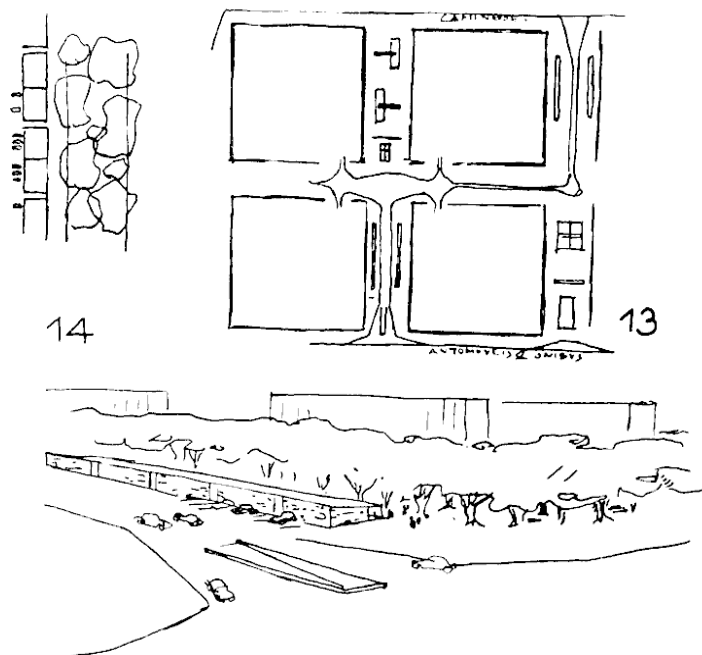


Fig. 2: Croquis. Projeto para o Plano Piloto de Brasília. Setor Residencial: Super Quadras. Lucio Costa, 1957. Fonte: concursosdeprojeto.org



a) Esplanada dos Ministérios

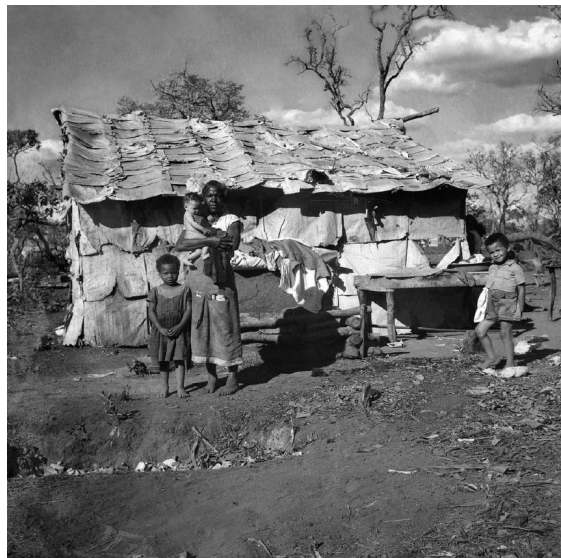


b) Congresso Nacional

Fig. 3: Brasília em Construção. Fotografias: Marcel Gautherot, 1958. Fonte: Instituto Moreira Salles.



a) Cúpula do Congresso Nacional



b) Acampamento de trabalhadores

Fig. 4: Brasília em Construção. Fotografias: Marcel Gautherot, 1958. Fonte: Instituto Moreira Salles.



a) Núcleo Bandeirante. Foto: Thomaz Farkas, 1958 (IMS).



b) Varjão. Foto: Fabiano Sobreira, 2010.

Fig. 5: Exclusão Social em Brasília, 50 anos depois: 1958 e 2010.

Mas a realidade (social e espacial) já se configurava em direção oposta, antes mesmo de inaugurada a nova Capital. Não se tratava de um “canteiro de obras” transitório, mas de fragmentos da cidade, que já se formavam e se firmavam como partes inevitáveis, necessárias e indissociáveis – porém não reconhecidas - da futura

metrópole, antes mesmo da inauguração da Capital: Candangolândia (1956), Núcleo Bandeirante (1956), Varjão (1956), Taguatinga (1958) e Cruzeiro (1959). O arquiteto Oscar Niemeyer, que foi membro do Júri do concurso para o Plano Piloto de Brasília e autor das principais obras monumentais da Capital, em 1961 já declarava:

“Constrangia-nos apenas verificar que para os operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os, como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva, e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de resolver na prancheta, mesmo apelando – como alguns mais ingênuos sugerem – para uma arquitetura social que a nada conduz sem uma base socialista.” [7]

A informalidade e a precariedade urbana em Brasília, enfim, não são eventos recentes; infelizmente, são partes de uma dinâmica social e urbana que está na origem da formação da Capital.

Hoje, o Plano-Piloto (área tombada e preservada como Patrimônio Histórico) abriga cerca de 220 mil habitantes, isto é, menos de 10% da metrópole do Distrito Federal cuja população já alcança cerca de quase 3 milhões de habitantes. Mais de 90% da população, portanto, ocupa áreas de configurações urbanas diversas (áreas de grande verticalização, favelas, loteamentos irregulares, condomínios fechados, bairros horizontais, etc), que pouco reproduzem o espírito da Super-Quadra, do Plano-Piloto, um dos pontos altos do projeto inaugurado em 1960.

Além de abrigar menos de 10% da população da Metrópole (Distrito Federal), o Plano-Piloto pode ser considerado uma “ilha”. Trata-se de um núcleo de exceção (urbana, paisagística e social), habitado pela população de renda mais alta e cujo isolamento é agravado pela ausência de um planejamento que reduza a segregação urbana [8]. Um dos principais desafios de Brasília enquanto metrópole, portanto, é a promoção da inclusão urbana e da qualidade arquitetônica, por meio de projetos que estendam à grande parte da população excluída a qualidade ambiental e urbana que se tornaram símbolo da escala residencial de Brasília, e que hoje é usufruída por uma pequena parcela da população. Algumas dessas iniciativas contemporâneas, resultantes de concursos, são discutidas a seguir.

2. Concursos de Habitação Social em Brasília

O déficit habitacional crônico e as respostas descentralizadas e fragmentadas da população (favelas e loteamentos irregulares), que marcam a realidade das cidades brasileiras e de grande parte dos centros urbanos lusófonos são expressões urbanas da desigualdade social e da segregação socioespacial que se observa nessas sociedades, desde sua origem [9]. A colonização baseada na exploração de recursos materiais e humanos, seguida do processo acelerado e desigual de industrialização e de urbanização de tais metrópoles, formou cidades marcadas pela exclusão social. A incapacidade (ou a falta de interesse) do Estado e das elites, de responder às crescentes demandas sociais, gerou respostas descentralizadas e muitas vezes desesperadas. As favelas, assim como os loteamentos clandestinos, são parte dessas respostas urbanas à ausência de uma política urbana mais efetiva e inclusiva [10]. Como ressalta Bonduki [11], o atual quadro da habitação no Brasil é resultado do processo de exclusão territorial que se deu ao longo de décadas. E apesar dos avanços que marcaram o período de redemocratização (a partir dos anos 1990) e das políticas mais recentes de erradicação da miséria (2002-2012), observa-se que a Política Habitacional sempre esteve mais relacionada às Políticas de Desenvolvimento Econômico do que às estratégias de Planejamento Urbano e de Inclusão Social [12].

No Brasil, como em qualquer outro contexto, os projetos de habitação social são um reflexo das políticas na qual estão inseridos: políticas imediatistas e baseadas em metas quantitativas geram projetos sem qualidade, relacionados à produção em série e às macro-metas econômicas; enquanto políticas públicas de longo prazo, baseadas em premissas de inclusão social e de sustentabilidade, geram projetos de maior qualidade, desde a escala do edifício à escala urbana. Nesse contexto, observa-se que um dos elementos determinantes para a qualidade da habitação social é o procedimento de contratação do projeto e, em sua origem, os critérios de escolha e julgamento das soluções.

Os concursos são instrumentos de contratação que priorizam o julgamento qualitativo, democrático e transparente do projeto de arquitetura e urbanismo acima de outros critérios - como experiência do autor, reconhecimento público ou valor da prestação do serviço [13].

No Brasil, apesar da legislação supostamente favorável, que recomenda os concursos como instrumentos preferenciais de contratação na Administração Pública (Lei 8.666/1993), tal modalidade de contratação é uma exceção [14]. No caso da habitação social os projetos, na maioria dos casos, é entregue à responsabilidade das construtoras, resultando em soluções de baixa qualidade, concebidas sob a ótica da maximização da quantidade e do lucro, e consequentemente com prejuízos à a qualidade arquitetônica, urbana e ambiental.

Alguns dos poucos exemplos de qualidade em projetos de habitação social no Brasil nos últimos anos resultaram de concursos públicos de Arquitetura, como foi o caso dos concursos Habitação para Todos, Morar Carioca e Renova São Paulo [12] e, mais recentemente, os concursos da CODHAB, no Distrito Federal.

A CODHAB-DF, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) lançou em 2016 um plano de contratações de projetos de habitação e equipamentos públicos que teve como foco a qualidade da arquitetura e do urbanismo. A Companhia, ao justificar sua opção, argumenta (citar referência):

“A prática do Concurso Público de Arquitetura e Urbanismo garante a construção de espaços de qualidade por meio de um processo transparente e democrático de escolha da proposta técnica, científica ou artística mais qualificada. (...)A iniciativa tem contribuído para a qualidade estética e funcional urbana dos projetos através da introdução de conceitos e ideias inovadoras nos espaços urbanos ou edificáveis.” [1]

Nos concursos de habitação social promovidos pela instituição, os projetos foram analisados pela Comissão Julgadora de acordo com os seguintes critérios básicos, sem hierarquia de prioridade ou caráter eliminatório:

- a) conceito e inovação
- b) adequação às normas
- c) clareza do projeto
- d) funcionalidade e atendimento ao programa de necessidades
- e) sustentabilidade socioambiental
- f) exequibilidade, economia e viabilidade técnico-construtiva
- g) soluções passivas de conforto térmico e eficiência energética
- h) contextualização urbana
- i) acessibilidade, inclusão e adequação social
- j) aspectos plásticos, éticos e estéticos do projeto
- k) outros, conforme necessidades advindas do caráter do objeto do concurso.

Tais critérios foram utilizados como referência pelo Júri de cada concurso e sua apreciação variou conforme o perfil dos julgadores indicados, assim como as demandas programáticas e os contextos específicos, resguardadas as premissas gerais estabelecidas nas bases dos respectivos concursos.

Dentre os critérios acima observa-se que pelo menos três estão diretamente ligados ao que podemos considerar “diretrizes bioclimáticas”:

- sustentabilidade socioambiental
- soluções passivas de conforto térmico e eficiência energética
- contextualização urbana

2.1 Concurso Sobradinho

A urbanização da Região Administrativa de Sobradinho resultou de plano urbanístico elaborado entre 1958 e 1959, portanto anterior à inauguração do Plano Piloto. O concurso para unidades de habitação social em Sobradinho consistiu de projetos para cinco terrenos cujas configurações e diretrizes urbanísticas se assemelham às projeções dos blocos das Super Quadras do Plano Piloto. Trata-se de lotes de 60x15m e a configuração geral do bloco era definida pela legislação: seis pavimentos, sobre pilotis. Além do projeto de um bloco, cada proposta deveria incluir a implantação do conjunto como parte da proposta. O programa previa unidades habitacionais com tipologias diversas, com áreas entre 41 e 68 m², a fim de enquadrar o empreendimento nos parâmetros das instituições de financiamentos e programas nacionais de habitação (como o Programa Minha Casa, Minha Vida). Os lotes indicados para o concurso estão situados em áreas já atendidas por serviços de infraestrutura urbana onde a habitação social praticamente inexistia. A habitação social, neste caso, será um uso de exceção no contexto, o que deve contribuir para promover a inclusão e a diversidade social da região.

O projeto classificado em primeiro lugar (Fig. 6) se destacou pelo cuidado com a inserção urbana do conjunto em relação ao entorno imediato, propondo caminhos e pequenas praças, que promovem a integração com a vizinhança, de forma acessível e inclusiva. Trata-se de volumetria austera e ao mesmo tempo elegante, que faz clara referência às primeiras soluções de habitação coletiva realizadas para as Super Quadras do Plano Piloto. O projeto se destaca ainda no que se refere aos aspectos de sustentabilidade, eficiência energética e conforto ambiental, que resulta do cuidado com a tipologia, aberturas e envoltória, além da solução das circulações internas contribui para o conforto das unidades, além de propiciar micro espaços de uso coletivo.

O segundo lugar (Fig. 7) se destacou pela inovação no tratamento volumétrico e da solução tipológica, agregando conforto das unidades de habitação e dos espaços de circulação. Entretanto, observa-se na implantação uma conexão frágil com o entorno imediato, além da inconveniência de algumas unidades orientadas para o poente.

O terceiro colocado (Fig. 8) apresenta uma solução funcional e tipológica correta e boas soluções de conforto ambiental, além de implantação correta e boa qualidade dos espaços de uso comum. Observaram-se alguns problemas de, no que se refere à adequação da escala dos elementos da fachada, além de algumas limitações na solução de circulação.



Fig. 6: Prancha Síntese. Primeiro Colocado. Concurso de Habitação Social Coletiva em Sobradinho, Distrito Federal. 2016. Fonte: CODHAB/DF.



Fig. 7: Prancha Síntese. Primeiro Colocado. Concurso de Habitação Social Coletiva em Sobradinho, Distrito Federal. 2016. Fonte: CODHAB/DF.



Fig. 8: Prancha Síntese. Primeiro Colocado. Concurso de Habitação Social Coletiva em Sobradinho, Distrito Federal. 2016. Fonte: CODHAB/DF.

2.2 Concurso Sol Nascente

O Setor Habitacional Sol Nascente está situado em platôs formados por vales de córregos afluentes de um dos rios que integram a Bacia Hidrográfica da Região Administrativa de Ceilândia. Trata-se de Área de Regularização de Interesse Social (ARIS), nos termos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

O concurso para unidades habitacionais no Sol incluiu projetos para 14 lotes distribuídos em três conjuntos (F, G e H da Quadra 700). Cada lote, com áreas entre 1.500 e 1.850m². O programa e a legislação urbana previam tipologias de no máximo 4 pavimentos, de 2 e 3 quartos (sendo facultado o uso do térreo como pilotis ou unidades habitacionais). Além dos projetos de arquitetura das edificações, os proponentes deveriam apresentar soluções de urbanismo para as áreas comuns. Assim como no concurso de Sobradinho, as unidades deveriam ter áreas situadas entre 41 e 68m², pelas mesmas razões (inserção nos programas nacionais de financiamento habitacional). Ao contrário de Sobradinho, os lotes do Sol Nascente estão inseridos em zona de infraestrutura precária, já caracterizada pela ocupação de unidades habitacionais de interesse social, em grande parte resultado de ocupações irregulares e de autoconstrução, ainda em processo de regularização.

O projeto vencedor (Fig. 9) se destaca pela proposta de articulação urbana entre os diversos lotes, criando um “eixo integrador”, que além de percursos de pedestres, está contemplado por espaços verdes e hortas comunitárias. Cada conjunto é composto por três volumes dispostos em torno de um núcleo de circulação vertical. A rotação do conjunto para as diversas orientações propiciou a criação de espaços diversificados e a quebra de monotonia, no entanto em alguns casos trouxe prejuízo para algumas unidades, orientadas para oeste (desaconselhável, considerando as características climáticas da região). Apesar dos problemas de orientação de algumas unidades, a solução apresenta boas estratégias de tipologia e desenho urbano.

O segundo colocado (Fig. 10) propõe que o conjunto formado pelas edificações destinadas à habitação funcionem como um “catalizador para a construção do espaço urbano”, com destaque para uma área livre (espaço de uso coletivo bem definida). Percebe-se também nesta proposta inconvenientes decorrentes da orientação de grande parte das unidades habitacionais, indevidamente voltadas para o poente, além da ausência de tratamentos nas envoltórias que minimizem o impacto da orientação.

O projeto classificado em terceiro lugar (Fig.11) parte da premissa de “vizinhança e convívio”. A tipologia proposta é baseada na configuração de pátios internos, criados com o objetivo de fortalecer o “senso de pertencimento” entre os moradores. Tal solução, no entanto, dispõe unidades para o poente. Neste caso, no entanto, são apresentadas soluções de envoltória que minimizam o impacto da insolação. As unidades apresentam boa solução tipológica, além de iluminação e ventilação natural.





Fig. 10: Prancha Síntese. Segundo Colocado. Concurso de Habitação Social Coletiva no Sol Nascente, Distrito Federal. 2016. Fonte: CODHAB/DF.



Fig. 11: Prancha Síntese. Segundo Colocado. Concurso de Habitação Social Coletiva no Sol Nascente, Distrito Federal. 2016. Fonte: CODHAB/DF.

3. Habitação, sustentabilidade e estratégias bioclimáticas

No que se refere à análise das estratégias bioclimáticas dos projetos premiados nos concursos de habitação social realizados pela CODHAB-DF (Sobradinho e Sol Nascente), foram aplicados os parâmetros indicados por Romero [5], que integram uma série de estratégias relacionadas a uma visão bioclimática da sustentabilidade e propõe quatro escalas de análise:

- (1) Escala das grandes estruturas urbanas
- (2) Escala da área, setor ou sítio
- (3) Escala do lugar
- (4) Escala do edifício

Considerando que as características e as condições relacionadas às escalas (1) e (2) já estavam estabelecidas, seja pelas características do ambiente construído, seja pelos parâmetros urbanísticos de cada local, a análise proposta neste artigo se concentrou nas escalas do lugar (3) e do edifício (4), a partir de uma síntese dos parâmetros e diretrizes propostas em Romero [5].

A escala do lugar envolve parâmetros diretamente ligados à humanização da paisagem e da transição entre as escalas do setor e do edifício. Nessa escala (do lugar), foram utilizados os seguintes parâmetros analíticos:

- Espaço Público
- Áreas verdes (forrações e árvores)
- Integração entre espaços abertos e fechados
- Áreas de sombra (naturais e edificadas)
- Percursos (caminhos de pedestres e mobilidade)

A escala do edifício considera que o objeto construído mantém complexas relações energéticas com o meio que o rodeia e que as decisões projetuais afetam tanto os usuários da edificação quanto a comunidade circundante. Nessa escala foram considerados os seguintes parâmetros de análise:

- Envoltória
- Orientação
- Ventilação
- Iluminação natural
- Tipologia
- Integração Urbana

Foram analisados os três primeiros lugares em cada concurso. Para cada projeto foram observadas as abordagens sobre cada escala e parâmetro listados, que foram classificados de acordo com os seguintes níveis de atendimento ou abordagem: (A) bem resolvido; (B) regular; (C) não resolvido ou não evidenciado. A seguir, é apresentada a Matriz Analítica das Estratégias Bioclimáticas (Tabela 1), com a síntese das análises realizadas:

Tabela 1: Matriz Analítica . Estratégias Bioclimáticas . Habitação Social . DF

Parâmetros	Sobradinho			Sol Nascente		
	01	02	03	01	02	03
Escala do Lugar						
Espaço Público	A	B	B	A	A	A
Áreas Verdes	A	A	B	A	A	A
Integração	A	B	A	A	A	A
Áreas de sombra	B	B	A	A	A	A
Percursos	A	B	A	A	A	B
Escala do Edifício						
Envoltória	A	B	B	B	B	A
Orientação	A	B	A	B	C	C
Ventilação	A	A	A	A	A	A
Iluminação Natural	A	A	A	A	A	A
Tipologia	A	A	A	B	A	A
Integração Urbana	A	B	B	A	A	A

4. Conclusões e perspectivas

As análises realizadas permitem inferir que os concursos têm se revelado como importantes instrumentos de ampliação do debate sobre a habitação social no Brasil e em Brasília, nos quais as questões relacionadas a patrimônio, inclusão social, impacto ambiental e sustentabilidade são confrontadas. A qualidade das propostas apresentadas nos concursos revela o grande potencial que o instrumento oferece à gestão pública, como meio de superar as limitações usualmente oferecidas pelo mercado. No que se refere especificamente às estratégias bioclimáticas observou-se que os projetos premiados, em grande parte, atendem os parâmetros de referência, porém com problemas recorrentes relacionados à orientação das edificações (a única exceção, neste caso, é o primeiro lugar de Sobradinho, que não apresentou problemas neste quesito).

Apesar da qualidade geral das propostas, observa-se que algumas limitações na legislação e nos programas habitacionais em que os concursos estão inseridos têm dificultado a promoção de iniciativas inovadoras e inclusivas, além de restringir as possibilidades criativas e dificultarem a promoção da inclusão urbana dos projetos de habitação social em Brasília. Aspectos como mobilidade urbana e diversidade de usos são temas que precisam ser debatidos e que certamente contribuirão para a sustentabilidade da habitação social em Brasília.

Nesse sentido, é importante que as agendas da Preservação e do Planejamento Urbano de Brasília-Metrópole incluam em suas metas a recuperação do espírito de inclusão social anunciado por seu idealizador.

A manutenção de um Plano-Piloto excludente e elitizado e sua conseqüente segregação urbana e social é tão ou mais agressiva e danosa ao espírito original do Plano tombado quanto a ocupação e a privatização dos espaços livres dos pilotis nas superquadras residenciais; o desrespeito à escala monumental da Esplanada dos Ministérios ou a ocupação irregular das mansões sobre as margens do Lago Paranoá.

Referências Bibliográficas

- [1] CODHAB-DF. Concurso Público Nacional de Estudo Preliminar de Arquitetura para Unidades Habitacionais Coletivas na Região Administrativa de Sobradinho. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/concursos>
- [2] CODHAB-DF. Concurso Público Nacional de Estudo Preliminar de Arquitetura para Unidades Habitacionais Coletivas no Sol Nascente. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/concursos>
- [3] Paviani, A. Brasília: Moradia e Exclusão. Universidade de Brasília, 1996.
- [4] Chupin, J; Cucuzzella, C., Helal, B. Architecture Competitions and the Production of Culture, Qualite and Knowledge. Potential Architecture Books. Montreal, 2015.
- [5] Romero, M. Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília. Nova Técnica Editorial. São Paulo, 2011.
- [6] Costa, L. Relatório da proposta para o Concurso para o Plano Piloto de Brasília, 1957. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasil-lucio-costa/>
- [7] Niemeyer, O. Minha Experiência em Brasília. Editorial Vitória. Rio de Janeiro, 1961.
- [8] Sobreira, F. Brasília: estratégias do não planejamento. Revista Minha Cidade. Portal Vitruvius. 152.02, ano 13. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.152/4691>
- [9] Santos, Milton. Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro. In: A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- [10] Sobreira, F. A Lógica da Diversidade: complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos. Tese de Doutorado. MDU/UFPE. Recife, 2002.
- [11] Bonduki, N. (1994). Origens da Habitação Social no Brasil. Análise Social . Vol. XXIX (127), n. 3, p. 712.
- [12] Sobreira, F.; Felix, B. Projetos Urbanos e Sustentabilidade em Áreas de Risco: o discurso ambiental nos projetos urbanos de habitação social no Brasil. Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona-Buenos Aires. 2013.
- [13] Sobreira, F. Le concours comme mesure de la démocratie. D'architectures magazine. N. 216. Paris, 2013.
- [14] Sobreira, F.; Wanderley, V. Concursos de arquitetura no Brasil de 2005a 2014: breve panorama analítico. Revista Arquitectos. Portal Vitruvius, 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/16.181/5598>

Sobre os autores

Fabiano José Arcadio Sobreira

Arquiteto e urbanista, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-1996). Doutor em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE, 2002) e Pós-Doutorado na École d'architecture (Université de Montréal, 2009). Arquiteto e chefe da Seção de Acessibilidade e Planejamento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília. Professor e pesquisador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília. Sócio do escritório MGS – Macedo, Gomes & Sobreira. Editor do portal e revista eletrônica concursosdeprojeto.org.

Marta Adriana Bustos Romero

Graduação pela Universidad de Chile e pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1978), Especialização em Arquitetura na Escola de Engenharia, USP de São Carlos (1980). Mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1985) e Doutorado em Arquitetura - Universitat Politècnica de Catalunya (1993), Pós-Doutorado em Landscape Architecture na PSU (2001). Atualmente é professora Titular da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: sustentabilidade, bioclimatismo, desenho urbano, espaço público e arquitetura e clima. Lider do Grupo de Pesquisa A Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo, Coordena o Laboratório de Sustentabilidade Aplicada - LaSUS. Coordena o Curso de Especialização à Distância, Lato Sensu Reabilita - Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística.